


FORMAÇÃO AUXILIAR PARA JORNALISTAS INTERESSADOS EM COBRIR A PAUTA POLÍTICA: O caso da Escola do Parlamento Dr. Osmar de Souza

AUXILIARY TRAINING FOR JOURNALISTS INTERESTED IN COVERING THE POLITICAL AGENDA: The case of School Parliament Dr. Osmar de Souza

Marcelo Simões Damasceno ¹

 <https://orcid.org/0000-0001-9844-5216>

Rebeca Moreira Barbosa ²

RESUMO

Este artigo discute a formação complementar do jornalista político brasileiro, tendo como objeto de estudo o Curso e Prêmio Ricardo Boechat de Jornalismo Político, promovido pela Escola do Parlamento Dr. Osmar de Souza. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica e a análise de dados, tendo como foco a matriz curricular e a carga horária destinada ao conhecimento político ministrado nas universidades da Região Metropolitana de São Paulo, e os resultados da primeira edição do curso. A hipótese central é que, apesar de o curso de graduação em jornalismo oferecer disciplinas na ciência política, o estudante busca uma formação complementar para atuar no jornalismo político.

Palavras-chave: Jornalismo Político. Escola do Parlamento. Itapevi. Democracia. Ciência Política.

ABSTRACT

This paper discusses the complementary formation of Brazilian politics journalists, addressing as the object of study the Course and Prize Ricardo Boechat of Politics Journalism, promoted by the School of Parliament Dr. Osmar de Souza. As methodology was adopted bibliographic revision and data analysis, focusing on the main timetable and credit hours designated to the applied political knowledge in universities from the metropolitan region of Sao Paulo, and results of the course's first edition. The main hypothesis is that despite the journalism graduation course offering subjects in the field of political science, the student seeks a complementary formation to perform politics journalism.

Keywords: Political Journalism. Parliament School. Itapevi. Democracy. Political science.

1. INTRODUÇÃO

¹ Doutorando e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Especialista em Ciência Política Contemporânea pela FESPSP, Graduado em Jornalismo, São Paulo – SP, Brasil. E-mail: mdamasceno82@hotmail.com.

² Especialista em Ciência Política Contemporânea pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e Graduada em Publicidade e Propaganda pela FDC-OC, São Paulo – Brasil. E-mail: beex1993@gmail.com.

O jornalismo no Brasil e em diversos países é um dos pilares da democracia. Sua missão é expor fatos, ouvir os dois lados, além de questionar, fiscalizar e reconhecer seus erros, para que a sociedade forme a sua opinião após ter acesso a informações precisas e atualizadas. Esta é uma máxima aplicada em todas as correntes do jornalismo, principalmente no político, que nos últimos anos passou por mudanças e vem sofrendo ataques no Brasil, como aponta o relatório de 2019 da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Os ataques sofridos pela imprensa nacional mostram que a tarefa do jornalista político de produzir conteúdo informativo não é fácil, esteja ele na imprensa tradicional ou em mídias alternativas, cobrindo o poder público nas esferas municipal, estadual e federal. O jornalista trafega pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para apurar o cotidiano político. Órgãos que são responsáveis pela organização da vida do cidadão em sociedade, e através dos quais as decisões públicas são formuladas e efetivadas (RIBEIRO, 2010). Um cenário onde o jornalismo profissional tem como tarefa revelar a complexidade e o paradoxo da vida pública, além de desmascarar as transgressões para fortalecer as raízes da democracia por meio de notícias confiáveis (D' ANACONA, 2018).

Escolhemos como objeto do presente artigo o Curso e Prêmio Ricardo Boechat de Jornalismo Político, ação de apoio à formação do jornalista político organizada pela Escola do Parlamento Dr. Osmar de Souza. A iniciativa foi escolhida por ser destinada a temáticas ligadas à ciência política e à prática jornalística na cobertura da pauta política. E busca estabelecer uma relação entre a formação acadêmica e a importância da formação complementar dos futuros jornalistas políticos para manutenção da democracia.

Para pontuar o artigo, estruturamos o texto em três partes. Na primeira, trataremos do jornalismo político e dos dados da FENAJ. Em seguida, analisaremos a grade curricular da graduação do curso de jornalismo em 24 universidades e faculdades da Região Metropolitana de São Paulo. Posteriormente, trataremos da contribuição do Curso e Prêmio Ricardo Boechat de Jornalismo Político, assim como dos números da ação em 2019.

2. JORNALISMO POLÍTICO NO BRASIL

A relação entre jornalismo e política está marcada por transformações desde a adoção do modelo anglo-americano pela imprensa nacional, fazendo com que os periódicos brasileiros assumissem um caráter mais informativo que opinativo. Apesar da mudança de modelo apontada por teóricos, a assimilação não foi total.

A adaptação ao modelo anglo-americano de jornalismo, na década de 50, trouxe para as redações brasileiras as noções de profissionalismo defendidas por nossos vizinhos do norte, o que inclui a classificação da notícia como relatos isentos de opinião. Porém, se nos EUA os jornais se colocam como mediadores entre o governo e o público, e reivindicam para si o papel de promotores das informações de modo objetivo e imparcial, no Brasil houve uma leitura muito particular da retórica americana do Quarto Poder (MAGALHÃES, 2015, p. 98).

Mesmo com a prática americana, os jornais brasileiros seguiram como diários que atendiam correntes políticas, estampando na capa a preferência eleitoral e trazendo mais opinião que informação. Como relata Ribeiro (2003), a maioria dos diários era essencialmente instrumento político. Partidarismo também destacado por Martins:

É verdade que nos maiores órgãos de imprensa, o tom faccioso diluía-se em épocas de calmaria, vindo à superfície de forma mais nítida apenas nos momentos de confronto político agudo, enquanto nos periódicos menores o comportamento apaixonado e o clima de campanha não arrefeciam em instante algum. Mas o fato é que, de uma forma ou de outra, naquela época, os grandes jornais da imprensa brasileira pulavam a cerca entre informação e opinião com a maior sem-cerimônia (MARTINS, 2005, 18).

Apenas algumas décadas depois os jornais começaram a separar a informação da opinião na cobertura política, durante ou fora do período eleitoral. Mesmo quando apoiavam um candidato de forma direta ou implícita, a demonstração de alinhamento ocorria apenas no espaço destinado ao editorial do periódico. Capa e editorias tornaram-se espaços, no mínimo, igualitários: “os jornais tentam manter uma postura equilibrada, dando espaço semelhante para os principais contentores, evitando demonstrar preferência por sicrano ou beltrano” (MARTINS, 2005, p. 19).

A troca da opinião pela informação nas redações deu outro significado ao jornalismo político brasileiro, principalmente com a mudança do perfil do leitor, que

passou a ser mais plural e ter acesso a outros meios de informação: rádio, televisão, revistas e sites de notícias, além dos jornais impressos. O fator financeiro também trouxe consequências, uma vez que o custo de apuração e produção de notícia mudou.

Nesse período, jornais, revistas, rádios, TVs etc. passaram por um intenso processo de modernização, profissionalização e concentração. Os custos de apuração, produção e disseminação da informação cresceram extraordinariamente. Os efetivos envolvidos nos diversos departamentos da empresa jornalística – redação, comercial, industrial (engenharia, nas TVs) – também se multiplicaram várias vezes. Além disso, as exigências de investimento em equipamentos, máquinas e tecnologia tornaram-se cada vez mais pesadas. Resultado: muitos jornais, por falta de capital ou capacidade de renovação, não conseguiram resistir aos novos tempos e quebraram (MARTINS, 2005, p. 18).

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o jornalismo passou por um novo momento com a expansão da internet. Os primeiros sites jornalísticos criados no país foram Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, O Globo, Folha de S. Paulo, UOL, Terra, revista Veja, entre outros. As tecnologias da informação e comunicação (TICs) contribuíram para uma nova reformulação no jeito de cobrir pautas e noticiar. A informação ficou mais rápida e de mais fácil acesso.

O jornalismo na internet vive a terceira fase, na qual existem projetos editoriais e midiáticos pensados para a Internet, dentro de um padrão hipermídia e associado a banco de dados e consumo individualizado de conteúdo (SOUSA, 2008, p. 6).

O jornalismo digital chegou oferecendo amplos recursos técnicos e suporte para as mais diversas atividades jornalísticas: acesso mais rápido às fontes, banco de dados, pesquisa, publicação de conteúdo em tempo real, transmissão ao vivo, videoconferência, interação com o leitor e compartilhamento de conteúdo. Um ambiente que “possui características dos meios de comunicação tradicionais: televisão, rádio, cinema, jornal e revista” (Pinho, 2003, p. 55).

A internet com a velocidade informacional, além dos sites de notícias, contribuiu para o compartilhamento do conteúdo disponibilizado pelo jornalismo digital - as redes sociais - o que a pesquisadora e jornalista Pollyana Ferrari (2014 p. 45) chama de “a

revolução da web”. Redes sociais como Twitter, Instagram, Facebook, entre outras, passaram a fazer parte das redações, inicialmente como meios para distribuir conteúdo e atrair leitores para os sites. Porém, com o avanço da tecnologia e o acesso remoto à internet via plataformas móveis, os jornalistas perceberam o potencial comunicacional em um “duplo papel informativo: como fontes, como filtros ou como espaços de reverberação das informações” (RECUERO, 2010, p. 11).

Entretanto, apesar do lado positivo da revolução da web, ela também possibilitou uma ação de deslegitimação do trabalho jornalístico, ainda mais do jornalismo político, no qual os jornalistas passaram a ser perseguidos por publicarem conteúdo contrário aos interesses de grupos políticos. Segundo dados do relatório anual sobre Violações à Liberdade de Expressão³, a mídia profissional sofreu em 2019, por meio das redes sociais digitais, 11 mil ataques por dia, uma média de sete agressões por hora.

Os dados coincidem com os do relatório Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, divulgado em 2019 pela FENAJ⁴. Os números apontam que os casos de violência contra veículos de comunicação e jornalistas subiram 54,07% de 2018 (135) para 2019 (208). Entre os 208 registros, 114 foram de “descredibilização” da imprensa e 94 de agressões diretas a profissionais.

O documento ainda destaca que os políticos foram os principais autores dos ataques à imprensa, com 144 ocorrências (69,23% do total) em 2019. A maioria foi tentativa de “descredibilização” da imprensa (114). Também houve 30 casos de agressões diretas.

Ataques semelhantes também ocorrem nos Estados Unidos o que, segundo Rabin-Havt (2017)⁵, “são parte de um ataque coordenado e estratégico, planejado para esconder a verdade, confundir o público e criar controvérsia onde nenhuma antes existia.”

3. FORMAÇÃO DO JORNALISTA BRASILEIRO

³ Disponível em:<

<https://www.abert.org.br/web/images/Biblioteca/Liberdade/liberdadeexpressao2019.pdf>>. Acessado em 20 de abr. de 2020.

⁴ Disponível:< https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf>. Acessado em 20 abr. de 2020.

⁵ Disponível em:< <https://bdm.unb.br/handle/10483/23280>>. Acessado em 20 abr. de 2020.

A primeira escola dedicada à profissionalização do jornalismo brasileiro – também a primeira da América Latina – foi a Escola de Jornalismo, atual Faculdade Cásper Líbero (SP), fundada em 16 de maio de 1947. A segunda foi implantada em 1966, criada pelo governador paulista Laudo Natel, por meio do decreto estadual 46.429, que criou a Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo – ECA/USP. Estas ações ajudaram a impulsionar a regulamentação da profissão e a exigência do diploma para o seu exercício, conforme o decreto-lei 972/1969.

Acontecimentos como estes contribuíram, segundo Ribeiro (1998), para a expansão do número de universidades e faculdades com vagas para formação jornalística, que passou de sete instituições na década de 1960 para 443 em 2003. Mesmo com a queda da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão em 2009⁶, imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o número de instituições com cursos segue relativamente alto. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) de 2018, o país conta com 279 cursos de graduação em jornalismo, sendo 59 em instituições públicas e 220 em privadas⁷.

Com todas essas mudanças, nas últimas décadas pesquisadores⁸ vêm debatendo a formação acadêmica do jornalista, relatando os avanços, deficiências e exceções na sua qualidade, no Brasil. Segundo os apontamentos de Schuch (2002), a grade do curso de jornalismo ainda não atende de forma ampla à formação na área:

Este propósito, no entanto, não se fez suficiente para assegurar a exclusividade do exercício profissional do jornalismo via ensino universitário. Ocorre que o raciocínio exposto deve ser invertido. O ensino de jornalismo deve ter uma sólida formação universitária. E novamente é preciso observar os formatos curriculares dos outros cursos (SCHUCH, 2002, P. 97).

Em outra linha, Rocha e Sousa (2008, p. 9) defendem que “as academias também respiram estas transformações e buscam mecanismos de transpô-las para o

⁶Disponível em UOL: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/06/17/ult5772u4370.jhtm>.

⁷ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acessado em 22 de jul. 2020.

⁸Paula Melani Rocha – Faculdades COC, Jorge Pedro Sousa – Universidade Fernando Pessoa, Doutor em Ciências pela USP (concentração em Jornalismo e Editoração), professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

currículo escolar”. Para eles, as mudanças ocorrem quando se julgam necessárias ao propósito de formar um profissional ideal para atuar na sociedade.

O interessante é que se elas são cobradas é porque são consideradas importantes na formação do profissional. A tendência, no Brasil, é ampliar cada vez mais o leque de oferta de disciplinas específicas em jornalismo, justificada pela diversidade do mercado de trabalho, ou pelas várias vertentes das áreas de atuação que estão se abrindo. Pode se pensar, também, na diversidade de técnicas de investigação, ou mesmo na necessidade de conteúdo teórico para fundamentar a crítica midiática (ROCHA e SOUSA, 2008, p. 9).

Essa formação debatida pelos autores tem como foco a matriz curricular das universidades. Uma grade que segue as diretrizes do Ministério da Educação (MEC), conforme a Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013⁹, que determina que a organização curricular deve valorizar o equilíbrio e a integração, além de ter uma carga horária suficiente para distribuição estratégica e equilibrada dos eixos curriculares e demais atividades previstas.

Art. 10. A carga horária total do curso deve ser de, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, sendo que, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 2/2007, o estágio curricular supervisionado e as atividades complementares não poderão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso. Parágrafo único. A carga horária mínima destinada ao estágio curricular supervisionado deve ser de 200 (duzentas) horas (Brasil, 2013¹⁰).

Desta forma, as universidades oferecem disciplinas que estão conectadas com diferentes correntes das ciências humanas, trazendo uma grade curricular que contribua com a formação profissional dos graduandos e possibilite uma visão crítica sobre os acontecimentos do cotidiano. Entre as disciplinas propostas pelas instituições de ensino estão as de conhecimento político, objeto deste estudo, que podem auxiliar na formação dos alunos interessados em atuar no jornalismo político e promover o necessário debate do cotidiano das pessoas.

Para identificar a carga horária destinada ao saber político, analisamos a matriz curricular das 24 instituições de ensino universitário com cursos presenciais de

⁹ Resolução MEC. Disponível em: portal.mec.gov.br >. Acessado em 6 mai. de 2020.

¹⁰ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32254>>. Acessado em 5 mai. de 2020

graduação em jornalismo na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), estado de São Paulo.

Tabela 1. Instituições de ensino na RMSP.

Instituição	Disciplinas	Carga Horária	Cidade	Ano
Universidade Anhanguera ¹¹	Políticas Públicas	60h	São Paulo	2019
Universidade Anhembi Morumbi ¹²	Gestão da Informação: Política e Economia	66h	São Paulo	2019
Faculdade das Américas ¹³	Jornalismo Político e Econômico, Meio Ambiente, Sociedade e Cidadania	160h	São Paulo	2019
Universidade Cruzeiro do Sul ¹⁴	Política Pública em Comunidade Filosofia	100h	São Paulo	2019
Universidade Mogi das Cruzes ¹⁵	Responsabilidade Social, Inclusão e Cidadania, Ciências Sociais, Jornalismo Econômico e Política	120h	Mogi das Cruzes	2019
Faculdade Rio Branco ¹⁶		0h	São Paulo	2019
Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação ¹⁷	Introdução à Filosofia, Política e Democracia, Sociologia, Jornalismo Político e Econômico	170h	São Paulo	2019
Universidade São Judas ¹⁸		0h	São Paulo	2019
Universidade Municipal de São Caetano do Sul ¹⁹	Política e Cidadania, Sociologia e Cidadania, Jornalismo Político	120h	São Caetano do Sul	2019
Universidade Brasil ²⁰		0h	São Paulo	2019
Universidade de Guarulhos ²¹	Ética e Cidadania, Sociologia e Realidade Sócio Econômica e Política Brasileira	160h	Guarulhos	2019

¹¹ Disponível em: <www.anhanguera.com>. Acessado em 19 de dez. de 2019.

¹² Disponível em: <portal.anhembi.br>. Acessado em 19 de dez. de 2019.

¹³ Disponível em: <vemprafam.com.br>. Acessado em 19 dez. de 2019.

¹⁴ Disponível em: <www.cruzeirodosul.edu.br>. Acessado em 19 dez de 2019.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.umc.br>>. Acessado em 19 dez. de 2019.

¹⁶ Encerrou o curso de graduação em jornalismo em 2019.

¹⁷ Disponível em: <www.fapcom.edu.br>. Acessado em 19 de dez. de 2019.

¹⁸ Disponível em: <<https://cdn.usjt.br>>. Acessado em 19 dez. de 2019.

¹⁹ Disponível em: <www.uscs.edu.br>. Acessado em 19 dez. de 2019.

²⁰ Disponível em: <www.universidadebrasil.edu.br>. Acessado em 19 dez. de 2019.

²¹ Disponível em: <vestibular.ung.br>. Acessado em 19 de dez. de 2019.

Universidade Paulista ²²	Ciências Sociais Estado, Poder e Cidadania, Jornalismo Político e Econômico	150h	Barueri	2019
Universidade Metodista de São Paulo ²³	Sociedade, Realidade Urbana e Formação da Esfera Pública	80h	São Bernardo do Campo	2019
Universidade Santo Amaro ²⁴		0h	São Paulo	2019
Centro Universitário Adventista de São Paulo	Ciência Política e Econômica, Pensadores e Ideias do Ocidente, Geopolítica Internacional, Jornalismo Político, Mídia e Democracia	198h	São Paulo	2019
Centro Universitário Belas Artes ²⁵	Filosofia, Sociologia, Jornalismo Político	120h	São Paulo	2019
Faculdade Cásper Líbero ²⁶	Jornalismo Político e Econômico, Filosofia, Sociologia, Ciência Política, Realidade Socioeconômica Brasileira	480h	São Paulo	2019
Universidade Nove de Julho ²⁷	Teoria da Política, Jornalismo e Geopolítica Internacional	80h	São Paulo	2019
Faculdade Armando Álvares Penteado ²⁸	Filosofia, História Política do Brasil, Política Cultural e Mídia, Geopolítica	144h	São Paulo	2019
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas ²⁹	Jornalismo Político e Econômico, História contemporânea, até a Nova Ordem Mundial	0h ³⁰	São Paulo	2019
Universidade de São Paulo ³¹	Filosofia, História do Pensamento Político	120h	São Paulo	2019
Escola Superior de Propaganda e Marketing ³²	Filosofia, Ciência Política	68h	São Paulo	2019

²² Disponível em: < www.unip.br>. Acessado em 19 dez. de 2019.

²³ Disponível em: <metodista.br>. Acessado em 19 dez. 2019.

²⁴ Disponível em: <www.unisa.br>. Acessado em 19 dez. de 2019.

²⁵ Disponível em: <belasartes.br>. Acessado em 19 de dez. de 2019.

²⁶ Disponível em: <casperlibero.edu.br>. Acessado em 19 de dez. de 2019.

²⁷ Disponível em: <www.uninove.br>. Acessado em 19 dez. de 2019.

²⁸ Disponível em 2019: <vestibular.fiap.br>. 19 de dez. de 2019.

²⁹ Disponível em: <portal.fiamfaam.br>. Acessado em 19 dez. de 2019.

³⁰ O site do Centro Universitário FMU-FIAM-FAAM não disponibiliza a carga horária.

³¹ Disponível em: <uspdigital.usp.br>. Acessado em 19 dez. de 2019.

³² Disponível em: <www.espm.br>. Acessado em 19 dez. de 2019.

Universidade Presbiteriana Mackenzie ³³	Política, Jornalismo Político	60h	São Paulo	2019
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Fundamentos da Teoria Política, Fundamentos da Economia Política, Introdução ao Jornalismo Político e Sociedade	119h	São Paulo	2019

Fonte: Autores, a partir dos sites das instituições de ensino.

Entre as instituições, a Faculdade Cásper Líbero é a que apresenta a maior carga horária – 480 horas – e temas relacionados à política. Já as universidades Anhanguera e Mackenzie apresentam em suas grades o menor tempo/aula destinado ao saber político.

As universidades Santo Amaro e São Judas não disponibilizam a grade completa em seus sítios, e o Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-FIAM-FAAM) não disponibiliza a carga horária das disciplinas. No site da Faculdade Rio Branco, a grade foi removida no final de 2019, devido ao encerramento do curso na instituição.

O levantamento demonstra que o aluno tem acesso ao saber político, mesmo que mínimo. Um saber necessário, segundo Martins, aos graduandos que têm interesse em cobrir pautas políticas:

O repórter que cobre a área tem de conhecer as regras do jogo. Não é obrigado a ser um especialista em regimento interno da Câmara e do Senado, nem um constitucionalista de mão cheia, mas precisa dominar os fundamentos do funcionamento do Congresso e ter uma noção básica da Constituição (MARTINS, 2005, p. 80).

Os dados mostram que as instituições dedicam um tempo considerável de hora/aula ao saber político, complementado por outras disciplinas que somam na formação e no entendimento crítico das ações políticas das instituições governamentais. Contudo, se mostra importante uma complementação na formação específica na área política.

4. CURSO E PRÊMIO RICARDO BOECHAT DE JORNALISMO POLÍTICO

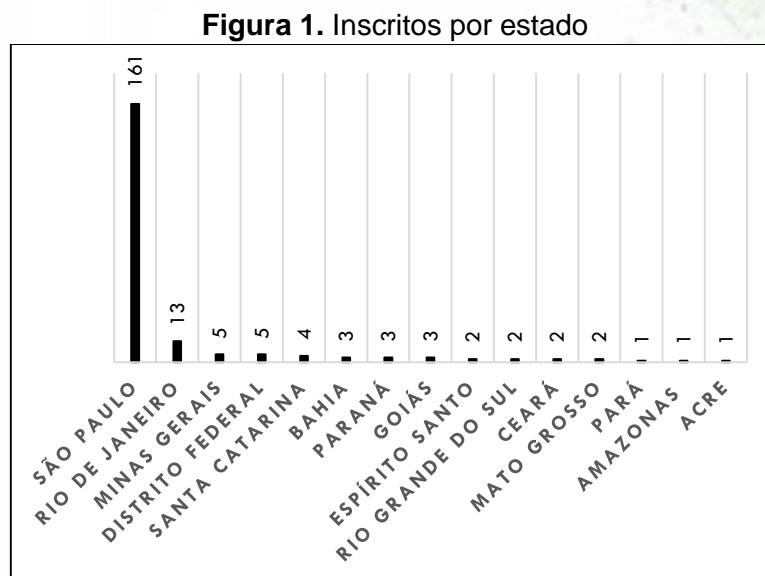
³³ Disponível em: < mackenzie.br >. Acessado em 19 dez. de 2019.

O Curso e Prêmio Ricardo Boechat de Jornalismo Político é uma iniciativa da Escola do Parlamento Dr. Osmar de Souza, da Câmara Municipal de Itapevi, localizada na RMSP, a 38 km da capital paulista. A ação foi implantada por meio da Resolução nº 4/2019, que tem como objetivo complementar a formação de estudantes de jornalismo e de jornalistas recém-formados na cobertura da pauta política.

A instituição destaca em seu site que o jornalismo ocupa um papel essencial na sociedade, uma vez que sua atuação social reforça os debates em defesa da garantia dos direitos e das lutas por igualdade, além de ter uma narrativa que reforça a democracia. O que, segundo Montipó (2018), aproxima cotidianamente os cidadãos dos seus direitos.

Lançado em agosto de 2019, o curso presencial contava com 60 vagas previstas em regulamento. Porém, o número de inscritos foi de 208, com inscrições vindas de 14 estados e do Distrito Federal.

A figura 1 aponta que a procura pelo curso foi além da RMSP, região que a organização visava atender. A repercussão nacional fez com que a escola registrasse no último dia de inscrição a média de 3,5 inscritos por vaga disponível.

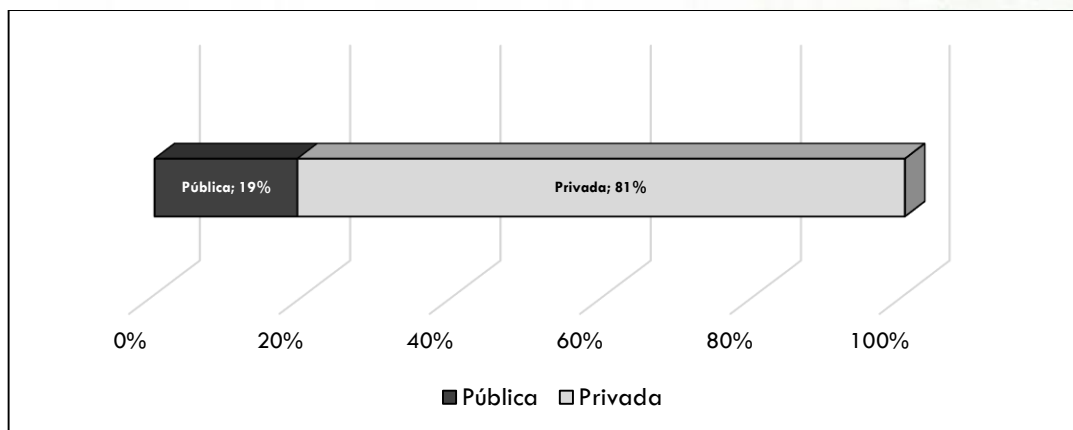


Fonte: Autores, a partir de dados da Escola do Parlamento Dr. Osmar de Souza.

Entre os inscritos, 81% declararam estar cursando ou ter concluído o curso em instituições privadas de ensino superior, enquanto 19% em instituições públicas.

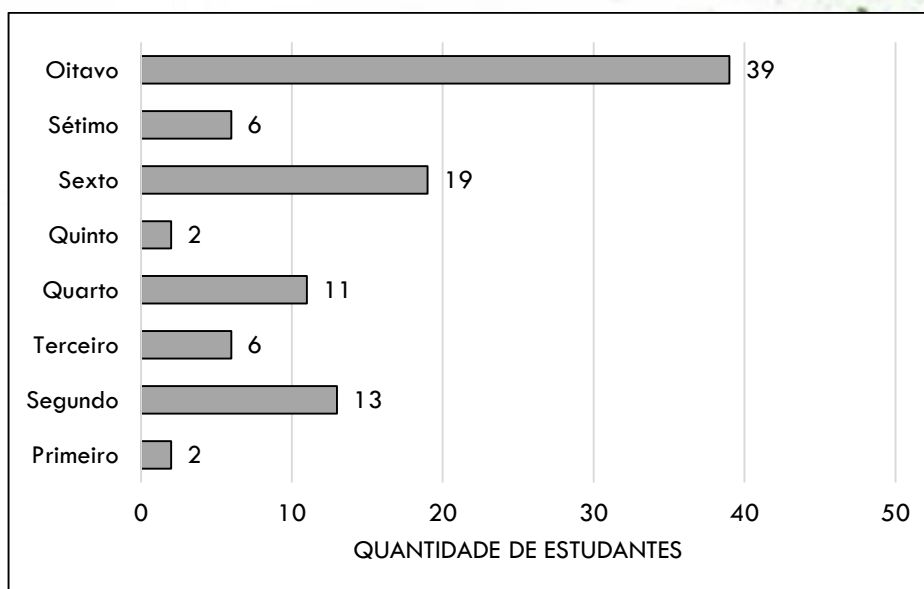
Entre eles, 110 eram recém-formados e 88, estudantes. O dado revela o interesse de graduandos e recém-formados em complementar o saber na área política.

Figura 2. Instituições de ensino declaradas pelos inscritos.

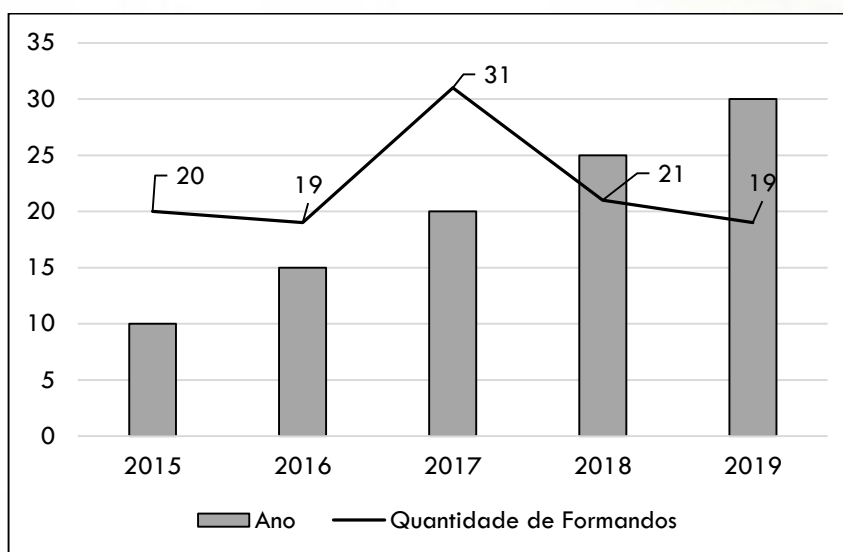


Fonte: Autores, a partir de dados da Escola do Parlamento Dr. Osmar de Souza.

Figura 3. Alunos por semestre.



Fonte: Autores, a partir de dados da Escola do Parlamento Dr. Osmar de Souza

Figura 4. Formandos por ano

Fonte: Autores, a partir de dados da Escola do Parlamento Dr. Osmar de Souza.

Essa procura de estudantes e jornalistas recém-formados, de instituições públicas e privadas de diferentes estados, fez com que a organização ampliasse o número de vagas para 95 no presencial, além de fazer uma versão a distância, com aulas transmitidas ao vivo e com interação para 72 alunos. Esse interesse pela atividade demonstra que a escola atingiu um dos seus objetivos: complementar a formação dos alunos na área política (ITAPEVI, 2019). Algo que também reforça a importância de conhecer como as instituições funcionam, como se elegem os representantes, o que fazem e como nascem as leis (MARTINS, 2005).”

Alguém pode ser um bom repórter esportivo no Brasil se não souber o que é um impedimento ou um tiro livre indireto, ou se não estiver familiarizado com o regulamento do próximo Brasileirão? Claro que não. O mesmo raciocínio vale para a política (MARTINS, 2005, p. 80).

Apesar do sucesso de inscritos, a escola reforçou que a intenção não era contrapor o que é lecionado nas universidades. Segundo Roberto Eduardo Lamari³⁴, diretor geral da Escola do Parlamento, “a ideia sempre foi complementar a formação e oferecer aos alunos temas do cotidiano político em diferentes áreas, como campanha política, processo legislativo, partidos, entre outros”. Ele também explicou

³⁴Disponível em: <https://www.camaraitapevi.sp.gov.br/curso-e-premio-ricardo-boechat-de-jornalismo-politico-comecam-hoje/>

que, para aproximar o conteúdo ao das universidades, a coordenação ficou a cargo de uma jornalista e professora: doutora Cilene Victor³⁵. O que pode ter alinhado a ação do órgão público com o debate promovido pela academia.

A ação foi estruturada em três módulos: 1) conteúdo histórico, teórico e conceitual da política, 2) estudo da prática jornalística na cobertura política, linguagens, narrativas, formatos e recursos das plataformas multimídias e processo, 3) prática profissional, escolha da pauta, pesquisa e produção da reportagem e entrega da reportagem multimídia.

A parte teórica do curso ocorreu de 14 de setembro a 14 de dezembro de 2019, com um total de 56 horas/aula. A parte prática, com duração de 25 horas, foi realizada nos dias 8 de fevereiro, 7 e 14 de março de 2020.

Tabela 2. Grade do curso.

Módulo	Data	Aula	Professor (a)
I	14/09/2019	Aula Magna	Prof. Dr. Luiz Alberto de Farias
I	14/09/2019	Mídia e Política: Esfera pública e opinião pública, Fake News e Pós Fato	Prof. Dr. Kleber Carrilho
I	21/09/2019	Patrimonialismo, Coronelismo e Clientelismo	Prof. Dr. Felipe Megane
I	21/09/2019	Personalismo e Populismo	Profa. Dra. Gisele Bischoff Gallacic
I	05/10/2019	Estado, Regimes e Partidos Políticos	Prof. Dr. Bruno Souza
I	05/10/2019	Processo Legislativo e Tramitação de Leis	Profa. Esp. Maria Claudia Costa Maia
I	05/10/2019	Instituições Políticas e Sistemas Federativo, Representativo e Eleitoral no Brasil	Prof. Dr. Humberto Dantas
I	19/10/2019	Reforma Política, Financiamento da Atividade Política dos Partidos e Campanhas Eleitorais. Comunicação Política, Opinião Pública e Comportamento Político	Profa. Dra. Lara Mesquita Profa. Dra. Tathiana Chicarino

³⁵Pós-doutorado Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, área de concentração Gestão de Riscos Ambientais e Urbanos, da Universidade Federal do ABC - UFABC. É doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, com tese na área de Comunicação de Riscos Ambientais e Tecnológicos, mestre em Comunicação Científica e Tecnológica, especialista em Comunicação Aplicada à Saúde e bacharel em Jornalismo. Disponível em: <<https://metodista.br/stricto-sensu/comunicacao-social/docentes/cilene-victor>>. Acessado em 20 abr. de 2019.

I	19/10/2019	Política e Mobilização Social, Democracia Direta, Políticas Públicas e Judicialização	Profa. Ma. Esther Solano
II	26/10/2019	Definição de Pautas, Apuração e Produção das Notícias	Jornalista Eduardo Scolese – Folha de S. Paulo Jornalista Fabio Zanini – Folha de S. Paulo
II	26/10/2019	Definição de pautas, apuração e produção das notícias e a relação com as assessorias de comunicação	Flavio Mesquita – Assessor de Imprensa Liliana Lavoratte – DCI Marcelo Damasceno - Assessor de Comunicação
II	19/11/2019	Governos abertos e Lei de Acesso à Informação	Carlos Turdera - Jornalista
II	19/11/2019	Jornalismo Investigativo e Dados	Allan de Abreu – Revista Piauí Eduardo Reina – Jornalista
II	23/11/2019	Novas Plataformas, Linguagens e Novos Formatos de Produção e Distribuição de Conteúdo. A Reportagem Multimídia em Profundidade. Linguagem, Narrativas e Força do Audiovisual	Profa. Ma. Alexandra Gonsalez Profa. Dra. Krishma Carreira Maria Teresa Cruz – Ponte Jornalismo
II	23/11/2019	Fotojornalismo Político	Prof. Me. Wagner Ribeiro Daniel Arroyo – Fotógrafo
II	07/12/2019	Ética e Legislação Jornalística	Prof. Dr. Silvio Henrique Vieira Barbosa
II	07/12/2019	Leitura Crítica de Dados Estatísticos Pesquisa de Opinião	Jefferson Mariano – IBGE Patrícia Pavanelli – Ibope
II	07/12/2019	Mídia e Representação Social	Prof. Dr. Antonio Roberto Chiachiri Filho
III	08/02/2020 07/03/2020 14/03/2020	Escolha da Pauta, Pesquisa e Apuração das Informações, Produção da Reportagem e Finalização da Reportagem Multimídia	Profa. Ma. Filomena Salemm Prof. Me. Jairo Camilo Prof. Me. Wagner Ribeiro Profa. Esp. Rebeca Moreira Barbosa

Fonte: Autores, a partir de informações da Escola do Parlamento Dr. Osmar de Souza.³⁶

³⁶ Disponível em: <www.camaraitapevi.sp.gov.br/escola/wp-content/uploads/2019/12/Jornalismo-Poli%CC%81tico-Cronograma-FINAL.pdf>. Acessado em 6 mai. de 2020.

Nota-se que a grade possui temas bem definidos e conectados ao exercício do jornalismo na área política, como tipos de sistemas, reforma política, financiamento dos partidos, campanhas eleitorais, processo legislativo, entre outros conhecimentos que ajudam na compreensão da cobertura da pauta política, além de possibilitar um ambiente prático para a produção de uma reportagem multimídia. Regras que o repórter que cobre a área política tem que conhecer (MARTINS, 2009).

Por exemplo, qual a diferença entre a maioria simples, a maioria absoluta e a maioria de três quintos? Como se dá a tramitação de um projeto de lei ordinário e de emenda constitucional? O que é uma medida provisória e qual seu rito de aprovação? Em que casos há o voto secreto na Câmara e no Senado? O que é veto presidencial e como é possível derrubá-lo? O que é preciso para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito? Quais as principais comissões técnicas de cada uma das casas? Quais as prerrogativas de um líder de bancada? O que são leis ordinárias e complementares? (MARTINS, 2005, p. 81).

Analisando a grade e as perguntas de Martins (2005) presentes no livro *Jornalismo Político*, é possível notar que os alunos tiveram esses questionamentos respondidos nas aulas ministradas por professores especialistas, mestres e doutores em ciência política, comunicação, semiótica, sociologia, história, economia e direito. Diferentes formações que convergem com o cotidiano do jornalista que cobre política.

A estrutura do curso também contou com a participação de jornalistas que atuam em redações (jornais, revistas e sites) e em assessoria de imprensa, que relataram o dia a dia do jornalismo político: definição da pauta, apuração, pedido de dados por meio da Lei de Acesso à Informação, uso de dados estatísticos, contato com as fontes, investigação e produção das notícias.

A iniciativa da Escola do Parlamento e Câmara Municipal de Itapevi pode parecer um contrassenso – uma vez que o relatório da FENAJ aponta os políticos como os principais autores dos ataques à imprensa –, mas não é, pois esse é poder público que representa o cidadão, e entre as suas atribuições está a abertura para o saber político da sociedade.

O curso, que auxilia na formação de graduandos em jornalismo e jornalistas recém-formados por meio de uma ação educativa, reforça o entendimento de que o

jornalismo ocupa um papel essencial para que a sociedade saiba os seus direitos e deveres na democracia. E que também oferece os instrumentos necessários para o debate democrático (CUNHA, 2017).

Contudo, o Curso e Prêmio Ricardo Boechat de Jornalismo Político não é uma iniciativa inovadora destinada ao saber da ciência política para jornalistas e estudantes. A Câmara Municipal de São Paulo realiza há mais de dez anos o Projeto Repórter do Futuro. Porém, possui igual importância na valorização e profissionalização do jornalismo político, e complementa o que é ensinado nas universidades.

Com a união da instituição pública municipal e da experiência acadêmica na formação de jornalistas, a ação conseguiu colher resultados ao chegar ao final com 65 alunos formados na modalidade presencial – entre eles três estrangeiros em situação de refúgio no Brasil – e 77 na modalidade a distância.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da matriz curricular das instituições situadas na RMSP, entendemos claramente que todas as disciplinas, divididas na carga horária determinada pela resolução do MEC, são importantes para a formação do jornalista. Um conjunto de conhecimentos que, somado ao adquirido pelo aluno no período pré-universidade, contribui desde os primeiros momentos do curso, pois auxilia os futuros profissionais na elaboração dos primeiros textos, na absorção de novos conteúdos e, principalmente, no constante questionamento (uma excelente maneira de descobrir o que não se sabe).

Algo que, segundo Martins (2005, pág. 89), reforça o aprendizado: “quem tem informação prévia reunida e cultura acumulada é mais capaz de juntar fatos fragmentados, estabelecer relações com outras situações.”

Para além das especificidades da variedade de disciplinas do curso de graduação de jornalismo, as quais edificam a base para formar um profissional com visão crítica sobre os acontecimentos do cotidiano, há uma variável em relação à carga horária e às disciplinas destinadas ao conhecimento político.

É compreensível que cada instituição determine a sua distribuição da carga horária, porém a diferença de temas e tempo é notável entre elas, o que pode ser um dos fatores que leva o estudante a buscar uma formação complementar sobre política.

A busca dos estudantes e jornalistas recém-formados de 14 estados e do Distrito Federal evidencia a necessidade de se ampliar o debate sobre o tema no âmbito acadêmico, além de demonstrar o quanto as escolas de governo podem desenvolver ações para contribuir na formação dos estudantes de jornalismo, como ocorreu no Curso e Prêmio Ricardo Boechat de Jornalismo Político, em que os inscritos tiveram disciplinas teóricas focadas em temas da ciência política.

Assim, é corroborada a hipótese de que estudantes e jornalistas recém-formados buscam uma formação complementar para atuar no jornalismo político. Tal constatação evidencia a necessidade de mais cursos específicos em temas relacionados ao jornalismo, além de indicar que a Escola do Parlamento, por meio da sua iniciativa, conseguiu atingir o objetivo de contribuir para o aprimoramento da cobertura da pauta política, e de valorizar e intensificar a experiência de mercado mais relacionada à atividade no jornalismo político.

Este trabalho espera ter contribuído para que órgãos públicos e privados, como escolas de governo e universidades, possam atuar de forma conjunta para reforçar a formação do jornalista político no Brasil.

REFERÊNCIAS

CUNHA, João Paulo. Muito além dos dois lados. In: SOUZA, Robson Sávio Reis; PENZIM, Adriana Maria Brandão; ALVES, Claudemir Francisco. **Democracia em crise: o Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

FREITAS, Ananias José de. **UDR: Ascensão e queda de uma organização dos proprietários rurais brasileiros**. In: Cadernos de Ciências Sociais. Belo Horizonte: PUC, 1994.

LAFER, Celso. **Apresentação**. In: MILL, John Stuart. Sobre a liberdade. Tradução e prefácio de Alberto da Rocha Barros. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. Contexto, São Paulo, 2005.

MAGALHÃES, Eleonora. **Jornalismo Político no Brasil: Polarização Estéril ou Arena De Debates?** 2015. Disponível em: <http://pesquisadores.uff.br/academic-production/jornalismo-pol%C3%ADtico-no-brasil-polariza%C3%A7%C3%A3o-est%C3%A9ril-ou-arena-de-debates>. Acessado em 20 de abr. de 2020.

MONTIPÓ, Criselli. **Jornalismo e democracia: tensionamentos não democráticos**, 2018. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0721-1.pdf>. Acessado em 20 de abr. de 2020.

PINHO, José Benedito. **Jornalismo na Internet, planejamento e produção da informação on-line**. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

RECUERO, Raquel. **A rede é a mensagem: feitos da difusão de informações nos Sites de rede social**, 2010. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/redemensagem.pdf>. Acessado em 20 de abr. de 2020.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

RIBEIRO, J. H. **Jornalistas 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais) câmeras e microfones**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

SOUSA, Jorge Pedro (Org). **Jornalismo, História, Teoria e Metodologia: perspectivas lusobrasileiras**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008.

SOUSA, E.C. M., 2008. **Jornalismo Digital: uma análise do portal globo.com**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1335-1.pdf>. Acessado em 6 mai. de 2020.